

Sumário

1. Introdução.....	1
--------------------	---

Parte I — O Magistrado: a Insuficiência de Modelos Filosóficos a Exigir uma Abordagem Sociológica sobre a Práxis Decisional

2. Como Compreendem os Juízes?	21
2.1 A compreensão como o refinamento da interpretação em uma visão multidisciplinar	22
2.2 A insuficiência da categorização na common law.....	31
2.2.1 Modelos Estruturantes-Descritivos	33
2.2.2 Modelos Agenciais-Prescritivos	40
2.2.3 Modelos Construtivistas-Reflexivos.....	41
2.3 A limitação paradigmática do “olimpo togado” de François Ost na civil law.....	45
2.4 A epoché e a busca por um novo modelo decisional diante da absurdidade do mundo.....	51
3. Da Contribuição da Filosofia na Construção de uma Prática Reflexiva	57
3.1 A necessidade de identificação crítica de juízos prévios contra o risco da mecanização da atividade judicante.....	59
3.2 O mundo fenomênico além do mecanicismo positivista	64
3.3 A reflexão egológica no direito.....	71
3.4 A reflexão filosófica pela fenomenologia	73
3.5 A dialogicidade na construção de uma necessária e “débil” verdade..	81

4. A Compreensão Objetivada pela Sociologia Jurídica Bourdieusiana.....	85
4.1 A complementação do paradigma reflexivo pela práxis objetiva da sociologia jurídica.....	86
4.2 A concepção do campo jurídico bourdieusiano	88
4.3 O capital jurídico como “precedente” da decisão	100
4.4 Além da reflexão, o habitus como princípio gerador de uma práxis social objetivada	103
4.5 Estratégias de dominação simbólica no campo jurídico.....	110
4.6 O jogo: mapa, indicadores e categorias.....	128
4.6.1 O Indicador Linguagem	131
4.6.2 O Indicador Processual	133

Parte II - A Terra: a Propriedade e sua Função Social

5. A Minus Valia da Função Social como Opção do Intérprete	137
5.1 Evolução histórica do direito de propriedade.....	142
5.2 Raízes sócio-políticas da função social da propriedade	161
6. Dignidade e Cidadania, Barreiras Solidárias ao uso da Propriedade.....	167
6.1 Reflexos da doutrina da solidariedade social no direito positivado e na jurisprudência.....	170

Parte III - A Luta: A Solução dos Conflitos pela Terra Partilhada e Socialmente Produtiva como Direito Humano ao Desenvolvimento e a Democracia Social

7. A Necessidade de Enfrentamento da Questão Agrária.....	179
7.1 O agronegócio como óbice à reforma agrária.....	181
7.2 Direito à terra partilhada como direito humano ao desenvolvimento (DAD) e direito à democracia social	183

7.3 Reforma agrária na teoria furtadiana.....	186
7.4 Desequilíbrios regionais e produtividade social	192
8. A Organização e a Movimentação Antissistêmica pela Terra Partilhada no Brasil	201
8.1 A luta inicial com as ligas camponesas	204
8.2 O recomeço da luta pela terra partilhada com O MST	210
8.3 Tensões entre o agronegócio e a reforma agrária	215
8.4 Réquiem para a reforma agrária no Brasil	217
9. A Luta pela Reforma Agrária: do Campo Rural ao Campo Jurídico	227
9.1 Considerações prévias sobre a ferramenta NVIVO 12 PRO	227
9.2 A interpretação da função social na justiça Paraibana de 2011 a 2015 ...	228
10. Conclusão	251
Referências	261
Anexo – Documentação - DTI.....	289